

3.ª SESSÃO DA 3.ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 1963

PRESIDÊNCIA da Sra. Conceição da Costa Neves
SECRETÁRIOS, Srs.: Nunes Ferreira e Lopes Ferraz

A SRA. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 15.00 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Nunes Ferreira — Farabulini Júnior — Moisés Tobias — Antônio Sampaio — Araripe Serpa — Archimedes Lamoglia — Jamil Dualibi — Augusto do Amaral — Realindo Corrêa — Cid Franco — Costabile Romano — Dante Perri — Osvaldo Santos Ferreira — Fernando Mauro — Francisco Franco — Luciano Lepera — Cel. Geraldo Martins — Diogo Bastos — Germaine Feijó — Gustavo Martini — Hildário Torioni — Jacob Zveibil — Jethero de Faria Cardoso — Bravo Caldeira — Mendonça Falcão — Rubens Amaral — Chaves de Amarante — José Costa — José Felício Castellano — Magalhães Prado — José Maria Costa Neves — Leônicio Ferraz Júnior — Leonidas Ferreira — Luciano Nogueira Filho — Luiz Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Conceição da Costa Neves — Murilo Sousa Reis — Nagib Chaib — Benedito Matarazzo — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Almeida Barbosa — Vicente Botta — Lopes Ferraz e Pinheiro Júnior — e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Luna — Marco Antônio — Lincoln Feliciano — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Anibal Hamam — Antônio Moreira — Anacleto Barbosa — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Leonardo Ceratolo — Lot Neto — Eduardo Barnabé — Scalamariné Sobrinho — Henrique Peres — Ioshitumi Utiyama — Israel Novas — Jacob Pedro Carolo — Jairo Azevedo — João Hornos Filho — Castello Branco — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Lavinio Lucchesi — Leônidas Camarinho — Mário Telles — Mauricio Leite de Moraes — Jorge Nicolau — Modesto Guglielmi — Avallone Júnior — Norberto Mayer Filho — Onofre Gosten — Orlando Zancaner — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Sólton Borges dos Reis — Walter Merk e Wilson Lapa.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, o nobre deputado Onofre Gosten. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sólton Borges dos Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germaine Feijó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, a denúncia foi feita pelo deputado federal Salvador Romano Losoco, segundo consta do "Diário do Congresso Nacional" de 17 de janeiro último. E até agora o desembargador Mauro Baiventura Muniz Barreto, do TRE paulista, acusado de haver recebido cheque no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) através do Banco da América, não se defendeu. A notícia já é de conhecimento público. Diversos jornais a comentaram, todos adiantando que o juiz acusado poderia desmentir o acusador, desde que requeresse junto ao referido Banco a demonstração de sua contabilidade.

A acusação é clara. Diz: "... faço esta acusação consciente e de posse de documentos a respeito: é a conta gráfica existente no Banco da América de São Paulo, na qual foi creditada, em nome do Sr. Juiz Muniz Barreto, a importância de 10 milhões de cruzeiros "pro rata".

Ainda de acordo com o mencionado parlamentar, o fato ocorreu dias após a decisão do TRE impugnando candidaturas de elementos no exercício do mandato parlamentar, como é o caso do vereador Rio Branco Paranhos e dos deputados estaduais Miguel Jorge Nicolau, Jethero de Faria Cardoso, Rocha Mendes Filho e daquele que está na tribuna, bem como do Sr. Salvador Romano Losoco e tantos outros candidatos, uns eleitos, outros não.

Convém frisar que a denúncia contra o TRE faz exceção ao desembargador Paschoal Imperatriz. Foi o que também tive oportunidade de fazer, quando, antes do pleito de 7 de outubro do ano passado, e antes da decisão final do TRE, enviei uma "Carta Aberta" ao jornalista Antônio Machado Sant'Anna, diretor do "Diário da Manhã", de Ribeirão Preto, criticando a atitude do TRE em aceitar informações do DOPS, de fazendo justiça ao fazendeiro Paschoal Imperatriz, cuja família conheço em Mococa e Ribeirão Preto, toda ela integrada por gente digna, dedicada ao trabalho, sem nenhuma ligação direta ou indireta com explodores do povo, o que também ocorre com o referido magistrado, religioso autêntico, católico apostólico romano, praticante, homem honrado, sem ligações com o Poder Econômico e que, por tudo, e pelo seu saber jurídico constitui motivo de orgulho para a magistratura e indica ao povo que se é fato lamentável que alguns poucos, às vezes, embovalham a toga, felizmente a maioria entre os juizes ainda merece confiança e respeito pela sua dignidade.

Solicito à Presidência a transcrição do discurso do deputado Salvador Romano Losoco no "Diário da Assembléia", sem dois apartes que julgo inoportunos. O primeiro porque tenta defesa que compete ao acusado fazer e o outro porque diz respeito à política-partidária, que nada tem com o assunto em si.

Sra. Presidente e Srs. deputados, quero, ainda, conste dos Anais da Casa a resposta de sargentos ao Dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do "Estado de São Paulo", documento publicado sob o título "De Fuzil na Mão, ao Lado do Povo, pela Grandeza da Pátria", na seção "A Perdidos" do "Correio Paulistano" de 10 deste mês e que demonstra a firmeza dos militares, unidos a civis, na luta em defesa da Constituição.

Era o que tinha a dizer.

(N. DA T. — OS DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR VAO PUBLICADOS NO FINAL DA SESSÃO.)

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sr. Presidente, Sra. deputada, a Associação dos Servidores do D.E.R. encaminhou ofício, solicitando audiência ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Viação, Dr. Sílvio Fernandes Lopes, e ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. O Ilustre Secretário da Viação prontificou-se solícitamente receber os rodoviários na próxima quinta-feira, às 13.30 horas. Pretende a Associação fazer chegar às mãos de S. Exa. um circunstanciado memorial, apontando não apenas importantes reivindicações da classe, mas também, e fundamentalmente, conceitos da estrutura administrativa do D.E.R.. Destaca-se, entre estes pontos, a descentralização do D.E.R., com a criação das Divisões Regionais, com autonomia maior do que as atuais Subdivisões do Departamento. Outro ponto fundamental localizado, diz respeito à Polícia Rodoviária. Enfim, há uma série de questões de maior importância, como a revisão e atualização do quadro do pessoal, pagamento do 13.º mês de salário, o direito de sindicalização dos servidores públicos. A ASDER congregando mais de 10.000 associados é membro da Confederação Nacional das Associações de Servidores de Estado. Este documento será entregue ao Sr. Secretário da Viação na próxima quinta-feira, às 13.30 horas, dia 14. É o primeiro passo para que os novos chefes de Estado sintam, de um lado, a responsabilidade das entidades de classe dos servidores de Estado e, de outro lado, a importância de ouvi-las e fazer com que todos os novos Diretores tenham contato com os servidores, a fim de se evitar a repetição daquele estado de coisas em que as mais sérias questões administrativas eram resolvidas entre quatro paredes, ficando a classe dos funcionários relegada completamente ao esquecimento. Hoje, a administração pública deve compreender a importância dos servidores públicos e o papel reservado à classe na solução os críticos problemas dos serviços públicos.

De uma atualização da concepção de serviço público do Executivo depende a colaboração que se pode fazer e os proventos serão de larga escala. Caso contrário, assistiremos novamente as duras lutas de que as associações já tem grande experiência. Damos hoje demonstração positiva de capacidade de evitar situações difíceis, de cooperar, mas todos nos conhecem e sabem que poderemos levar até o fim as batalhas em defesa da classe. Penso que as autoridades que atualmente dirigem o Estado devem atualizar a sua mentalidade no que diz respeito à conceitualização de estrutura administrativa na economia moderna, dentro do dinamismo industrial de São Paulo.

O extremismo na livre iniciativa deve ser contido, seria a volta ao século XIX, numa justa conjugação de esforços entre a interferência do Estado na economia e as forças particulares em expansão.

Ainda em recente manifestação, no apogeu da greve dos engenheiros do

Estado, o governo passado pôde sentir o alto grau de responsabilidade desses servidores, e não só por parte dos engenheiros mas de todos os demais servidores. Os serviços públicos necessitam racional estruturação e condições para plena execução de suas tarefas.

Era o que desejava dizer, solicitando a transcrição da vista fornecida à imprensa a respeito da audiência do próximo dia 14, quinta-feira, com o Sr. Secretário da Viação.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murilo Sousa Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rocha Mendes Filho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Geraldo Martins.

O SR. CEL. GERALDO MARTINS (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, uma administração pública para ser boa tem que se firmar, inelutavelmente, na boa qualidade dos homens para os postos-chaves. Os homens para os cargos de confiança precisam e devem ter excepcionais qualidades de direção, sem as quais se torna impossível uma atuação segura, especialmente no que tange à administração da coisa pública.

Neste raciocínio podemos situar, como verdadeiramente feliz, a escolha do Senhor Gabriel dos Santos Neto para o cargo de Diretor do Serviço de Trânsito. Homem de confiança do Sr. Governador do Estado, amigo fiel e dedicado, reunindo inusitada disposição de trabalho, está perfeitamente adequado para a tarefa que acaba de receber.

Sabemos que a tarefa não é fácil, pois dirigir a DST, na situação em que se encontra o trânsito em nossa Capital, é algo de espinhoso, com responsabilidades inauditas. Entretanto o Sr. Gabriel dos Santos Neto, cidadão que já percorreu inúmeros países tendo feito longos estágios nas principais capitais do mundo, observando com atenção os problemas referentes ao trânsito das mesmas, por certo reúne experiências valiosas que o credenciarão notavelmente a um trabalho profícuo em sua administração.

Testemunho é que estamos afirmando é a atitude que acaba de tomar em relação aos táxis-mirins. Sua Senhoria, numa demonstração de elevado espírito público tendo por objetivo atender tão somente aos interesses da população paulistana, num dos seus primeiros atos à frente da DST, determinou que todos os táxis-mirins, enquadrados em disposições legais exigidas, tenham livre trânsito em São Paulo. É uma atitude corajosa e demonstrativa do trabalho que está disposto a realizar, não levando em conta as ameaças dos motoristas de táxi tradicionais que vêm naqueles competidores inimigos a combater com tenacidade.

O ato do Ilustre Diretor da DST projeta-se, desse modo, como um indicio de que seu trabalho será produtivo em todos os sentidos, levando-nos a acreditar que a barbuidia do trânsito em São Paulo será por certo azainhada. E, pois, um homem perfeitamente moldado para o cargo de que foi investido, merecedor da confiança do Ilustre Governador do Estado e que, ao tempo em que o Sr. Ademar de Barros se encontrava à frente da Prefeitura de São Paulo, rejeitou, por várias vezes, cargos de responsabilidades que lhe foram oferecidos. Sua Senhoria, com a independência que o caracteriza, deve ter aceito do atual cargo, espinhoso e cheio de tremendas dificuldades, sem dúvida apenas para atender e servir o amigo incondicional que tem na pessoa do Sr. Ademar de Barros.

Era o que tínhamos a dizer, assinalando com aplausos a nomeação do Sr. Gabriel dos Santos Neto para a direção da DST em nossa Capital.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão.

O SR. MENDONÇA FALCÃO — Sra. Presidente, desisto da palavra.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, considerando que em outubro de 1959, à madrugada, ingressamos no Hospital Franco da Rocha, face a denúncias relativas ao estado de promiscuidade em que se encontravam os doentes, tudo confirmado conforme documentação feita em fotografias e filmes de televisão;

Considerando que, na ocasião, o Governo asseverou que tomaria as necessárias e urgentes providências para pôr cêbro às mazelas existentes;

Considerando que faz pouco tempo a revista "Edição Extra" voltou ao assunto e, em 18 páginas, fixou o descalabro em que se encontrava o Hospital do Estado, apesar das críticas veiculadas por deputados desta Casa e bem assim pela imprensa em geral;

Considerando que na ocasião o então Governador Carvalho Pinto determinou instauração de inquerito para apurar irregularidades, dando, assim, a opinião pública, a impressão de que, na verdade, estava interessado no problema e nas soluções para atender ao doente debil mental, sem resultado porém;

Considerando, entretanto, que o Diretor Dr. Milton Penha, afastado no passado, hoje reintegrado no cargo, prestou declarações a amigos e correligionários afirmando existirem "nada menos que 2.500 doentes nus e cerca de 2.400 instalados no chão, onde comem e dormem, dos 14.000 doentes amontoados uma sobre os outros", segundo S. S. num verdadeiro inferno em que seres humanos vivem como se fossem "bichos maltratados";

Considerando que o Ilustre Professor Zeferino Vaz, atual Secretário da Saúde do Estado, afirmou enfaticamente, depois de uma visita informal ao hospital, ser aquele nosocômio um "autêntico campo de Dachau" onde prisioneiros de guerra eram trucidados;

Considerando que é assunto que não pode fugir à percepção do Poder Legislativo, de cujas medidas deverão resultar o bem estar dos doentes e a punição, segundo a lei, dos responsáveis pela alta administração pública do Estado;

Requeremos comissão especial, nos termos regimentais, para promover o levantamento das mazelas existentes em Franco da Rocha, a fim de possibilitar imediatamente condições de vida humana aos doentes e bem assim promover a responsabilidade criminal e administrativa, se for o caso, dos responsáveis pelo abandono a que se relegaram os doentes, a constituir-se de 13 membros para o prazo de 30 dias.

Sra. Presidente, a justificativa está posta nos seguintes termos:

Inqualificável o abandono a que se relegou o hospital para debéis mentais. Seres humanos, sobrevivendo ao bel-prazer da sorte, em ambiente onde as feras perreeriam, verdadeiro inferno ao desconforto total segundo se percebe das declarações feitas pelo diretor do hospital e bem assim do Secretário da Saúde que é, sem dúvida homem de bem, cujas declarações nos merecem confiança, salvo prova em contrário. Setor da assistência médico-hospitalar até onde o problema político partidário não chega, nem há de chegar, setor da assistência médico-hospitalar até onde a agudeza do legislador e a sensibilidade do homem público devem chegar para que se encontre a solução para um dos problemas que vem desafiando todos os governadores e esta Assembléia: setor da assistência médico-hospitalar que precisa contar com a boa vontade dos governantes, pois os debéis mentais nada podem por vontade própria e reclamam assim a assistência mais perfeita possível, longe da ira de determinados políticos, longe das querebas das assembleias, longe da porfia que não contém. Inqualificável situação, maxime quando o ex-governador acentua pela própria fala a situação invejável em que deixou o governo sob o aspecto financeiro: polpudas verbas nos bancos, polpudas verbas no tesouro do Estado; superavit malagroso, na fala do Secretário, diante da miséria de um hospital de loucos, seres humanos relegados ao abandono; superavit fantástico para o sabor político dos teóricos, diante do inferno dos doentes de Franco da Rocha que exigem cuidados tais que devem vir da sensibilidade dos homens públicos, de governadores autênticos, mais do que financistas ávaros que desconhecem o Homem e a sua origem divina. Enfim, esta Comissão cabe, senhores deputados, e deve realizar-se por inteiro e assim dar plena e cabal satisfação à opinião pública.

Assim, Sra. Presidente, encaminho este requerimento nos termos regimentais, constituída que seja a comissão de inquerito, aproveitar-se-ia deste chamado recesso parlamentar para apurar, realmente, num levantamento categórico, insofismável, fora da linha político-partidária, aquilo que se deve realmente emprestar aos doentes debéis mentais.

Ontem, desta tribuna, afirmou e repito agora que a fala da atual Governador do Estado, que apregoa a existência de um deficit orçamentário, não vale para os ouvidos do legislador e também não vale para os ouvidos do homem da rua. A grande realidade é que S. Exa. entendeu e entende de levar a São Paulo a quantidade que deseja de bonus rotativos para os apetites que nós já conhecemos existirem.

Sra. Presidente, de V. Exa. solicito que, em verdade, atue no senti-